

Arquivo & Informação

Volume 1 Número 1

Novembro de 1994

Boletim do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília

Apresentação

Dedicamos este primeiro número de nosso Boletim à professora Heloísa Belloto, ao professor Jaime Robredo, ao professor Murilo Bastos da Cunha e ao professor Gilberto Tristão. Sem eles, não teríamos chegado até aqui. Aproveitamos para agradecer a todos os professores, alunos e funcionários do CID e de outros departamentos da UnB, que nos ajudaram nos momentos cruciais e nas atividades que estão nos transformando numa referência. Fazemos um especial agradecimento a um seleto grupo de professores, alunos e funcionários da Arquivologia que entenderam que a Universidade deve ser a soma do interesse acadêmico, do conhecimento teórico e aplicado e do comportamento ético de todas as partes.

Este boletim é mais uma iniciativa do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília - UnB, que estará, dentro de alguns meses, completando quatro anos de existência. Há motivos para comemorações, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no percurso de definição e desenvolvimento do quarto curso sobre Arquivística em funcionamento no Brasil. Estão matriculados cerca de 110 alunos. Ao fim deste ano, formaremos a primeira turma. No meio do próximo semestre, a segunda. Esperamos que assim ocorra, sucessivamente. Acreditamos que em 1995, o curso estará reconhecido pelo Ministério da Educação. O processo está em tramitação. Temos realizado inúmeras atividades de extensão, feito intercâmbios e cooperado com instituições públicas e privadas para a solução de problemas arquivísticos. Vários de nossos alunos vêm

sendo aprovados em concursos públicos, mesmo ainda sem estarem formados. Outros já trabalham como profissionais da área. Estamos despertando carreiras, fazendo pesquisas e discutindo idéias. Temos trabalhado, trocando experiências com escolas, instituições arquivísticas e de pesquisa brasileiras e estrangeiras.

Estamos superando os entraves com algumas doses de estoicismo e de dedicação de alunos, professores e funcionários. Nem sempre os problemas têm sido fáceis e os caminhos de solução estiveram ao alcance das mãos. Todavia, conseguiu-se firmar o início de uma tradição na cidade de Brasília, baseada na idéia de que o tratamento das informações e dos acervos arquivísticos são atividades intelectuais e práticas de nível superior, sem deixar nada a desejar para quaisquer outras profissões universitárias. Isto tem combatido a improvisação, o oportunismo e o fisiologismo tão fortes numa área de trabalho ainda pouco consolidada no país. Temos conquistado aliados e adversários. Aliás, só assim é possível mudar alguma coisa. Estão ao nosso lado todos os que querem racionalidade, transparência, inteligência, ética e responsabilidade nesta área. São contrários, os outros, que não merecem nem ao menos serem citados.

Os textos que se seguem foram apresentados e debatidos por professores e alunos do Curso de Arquivologia da UnB, no evento de extensão denominado Arquivística para o século XXI: colóquio pré-Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado no dia 04 de novembro de 1994, no auditório do Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Devem ser entendidos como um esforço do curso em participar dos debates sobre os rumos da Arquivística contemporânea. As opiniões dos autores são de responsabilidade exclusiva dos mesmos e de modo geral, refletem a postura majoritária do curso sobre os problemas tratados.

A quadratura do círculo: a Arquivística para o século XXI

Luis Carlos Lopes

Através dos milênios, os arquivos têm representado, alternada e cumulativamente os arsenais da administração, do direito, da história, da cultura e da informação. (Luciana Duranti - 1994)".

Na quadratura do círculo do gerenciamento da informação e da gestão documental contemporânea, os vértices são formados pelos seguintes conhecimentos: Arquivística; História; Informática e Diplomática. Da Arquivística é preciso conhecer os poucos princípios teóricos básicos e a experiência acumulada no Brasil e no mundo para a solução dos problemas de tratamento técnico de documentos de arquivo. Da História interessa mais o conhecimento da factualidade, não no sentido do 'acontecimental' e sim, no da recuperação do processos, na percepção da longa, da média e da curta duração e nas diferenças entre estruturas e conjunturas. Da Informática é necessário saber e acompanhar - tudo muda num átimo - a evolução dos equipamentos e dos programas, não com o olhar do analista ou do programador e sim, com o do planejador, administrador e do usuário de sistemas informatizados. Da Diplomática é preciso extrair métodos, experiências, conceitos e técnicas voltadas para diagnosticar a tipologia documental de natureza arquivística existente. Se você leitor é mais forte em algum destes vértices, isto é bom. Conhecimento a mais, sempre ajuda. Entretanto, não se deve esquecer dos demais.

A quadratura do círculo está, pelo menos na imaginação do autor, exigindo de todos os profissionais um processo de reciclagem, uma revisão de velhos conceitos, em suma, a sintonização com os problemas dos novos tempos. A propósito, a quadratura não é uma organização, uma norma ou qualquer coisa deste tipo. É, simplesmente, um exercício intelectual do autor, que como outros, está à busca de saídas para a Arquivística praticada no Brasil e no mundo.

Nesta mesma linha tende-se a preferir um tratamento arquivístico integrado. (Couture et Pétillat-Conseil International des Archives-1992 p. 6-23). Mas, o que exatamente isto significa? No mundo de hoje, a tendência dominante da bibliografia produzida na Europa continental é a do entendimento da Arquivística como a ação profissional na organização dos arquivos permanentes. Os arquivistas são conservadores de acervos, zelosamente guardados em instituições de prestígio e eficácia irretocável. A Arquivística resulta ou numa 'ciência auxiliar da História' ou numa forma de concebê-la.

Nos EUA, a tendência é a de considerar a existência de duas profissões bastante distintas: o *archivist*, voltado, à maneira européia, para a conservação dos arquivos históricos; o *information manager* ou *record manager* no tratamento dos documentos correntes e intermediários.

Num encontro realizado em setembro de 1992, na cidade de Montevideu, intitulado Seminário-taller de Selección y Descarte Documental, organizado pela OEA, foi proposta aos professores e pesquisadores reunidos, a possibilidade de se

reproduzir na América Latina, o modelo profissional norte-americano. A opinião de todos os representantes, vinculados às escolas que ensinam Arquivística no Uruguai, Brasil, Peru, Colômbia, Argentina e Costa Rica, foi unânime. Neste lado do mundo, entende-se que a profissão de arquivista é uma só, independentemente do tipo de arquivo onde se atua. Os participantes concluíram que o ensino latino-americano deveria formar pessoas capazes de atuar nas várias idades. O autor deste artigo era um dos presentes.

No panorama mundial, os ainda poucos defensores de uma Arquivística integrada, somente esboçaram algumas tendências. Destas, destaca-se a idéia de não separar as duas profissões e teorias. Todavia, mantê-las unidas acarreta inúmeras implicações teóricas e práticas, dirigindo-nos para a quadratura do círculo. Cria-se a necessidade de preparar pessoas e/ou equipes que possam se utilizar dos quatro vértices.

Como profissão da área da informação, a Arquivística tem buscado aliados entre os historiadores, bibliotecários, documentalistas, administradores e profissionais da Informática. Reina a confusão. Proliferam os ataques. Coisas comuns num momento de transição de velhas concepções para novas. No seu mais recente manual (Archives Nationales-1993), os franceses responsabilizam intelectuais ingleses pelo afastamento da História e pela aproximação com a Biblioteconomia. No último Congresso Internacional (Conseil International des Archives-1992) foram várias as polêmicas em torno de temas candentes como o da avaliação e do descarte, normatização da descrição, informatização do acesso, a velha e a nova propedêutica do ensino da Arquivística.

Quanto ao ensino, parece-nos que deverá haver mudanças, se adotarmos os signos da quadratura. Não faz mais sentido ensinar, em separado, o trabalho de tratamento dos arquivos, de acordo com a teoria das três, ou melhor das quatro idades (Lodolini-1993). Parece-nos mais lógico que se estude a classificação, a avaliação, a descrição, a informatização, a preservação, a conservação, etc. de acervos arquivísticos correntes, intermediários fase I, intermediários fase II e permanentes.

O mercado de trabalho precisa de profissionais que compreendam o trâmite dos documentos da fase administrativa ou técnica até o descarte ou arquivamento definitivo. O provável futuro democrático de nossa sociedade depende, dentre outros fatores, de arquivistas que lutem pela preservação de registros de nossa história. Necessita-se, igualmente, de que se mantenham arquivos, garantindo direitos e deveres, assegurados por Lei. Querem-se profissionais que estejam sintonizados com soluções de tratamento funcionais, que atendam as demandas administrativas e técnico-científicas de nosso tempo.

Classificação: um dos problemas fundamentais da Arquivística contemporânea.

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Desde que se começou a registrar a história em documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-los. (T.R. Schellenberg)

Escavações arqueológicas demonstraram a existência de arquivos reais, religiosos e privados na Antiguidade. Nos suportes da informação (tijolos de argila, papiro, pergaminho, papel etc.) eram registrados os resultados das atividades dos homens que os conceberam. À medida que os grupos organizados sentiram a necessidade de conservá-los, tornou-se mister organizá-los. Desde então, vários foram os métodos utilizados.

Presume-se que na Mesopotâmia, os tijolos de argila (tabletes) eram amontoados em pilhas com inscrições nas bordas para evitar o manuseio desnecessário. Na Roma Antiga, os diários de justiça (*comentarii diurni*), registravam, em ordem cronológica, os documentos expedidos e recebidos. Na Idade Média, a Igreja foi a herdeira e a difusora, bem como de outras práticas, desse tipo de classificação dos documentos. Um único elemento, neste caso, era utilizado para definir a ordenação, o produtor-emissor.

Com os trabalhos de Baldassare Bonifacio (1632), Pierre-Camille Le Moine (1765), Chevières (1775), Batteney (1775) e Mariée (1779) inicia-se uma nova fase de elaboração das práticas e princípios arquivísticos. Entretanto, somente a partir do final do século XIX, com a publicação do Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses, é que a Arquivística assume aspectos de uma disciplina do saber humano. Colaborou para isso o aparecimento de especialistas de renome internacional e um corpo doutrinário fundado sobre uma reflexão teórica.

A urbanização, a expansão das atividades do Estado, o aparecimento de novas tecnologias e a banalização dos meios de reprodução criaram as condições para o crescimento vertiginoso da produção documental. Este novo cenário subverte as práticas arquivísticas tradicionais. O marco desta fase é a elaboração do relatório da Comissão Hoover, criada pelo presidente norte-americano Truman, em 1947, e a publicação, em 1956, de Arquivos modernos: princípios e técnicas, de T. R. Schellenberg. São estas duas publicações que lançaram as bases para a formulação da Teoria das Três Idades.

Concebida no mundo anglo-saxão, a Teoria das Três Idades é a origem de uma Arquivística que não reconhece nenhuma distinção de natureza entre os documentos administrativos e os conservados para fins históricos, culturais. Trata-se de usos diferentes para a informação acumulada. Deste fato, a gestão de

documentos administrativos e a preservação dos históricos não devem ser compreendidos como duas especialidades separadas, mas como partes de um mesmo processo. Nasce aí o embrião de uma Arquivística integrada, conceito herdado do arquivista canadense Carol Couture, da francesa Christine Pétillat e de experiências avançadas realizadas em Brasília.

Os arquivos, ao contrário das bibliotecas ou de outros tipos de coleções, não constituem um conjunto de documentos formado em vista de uma finalidade específica: eles representam, mais que tudo, o produto da atividade do organismo ou da pessoa. A partir daqui, por clareza expositiva, adotaremos o termo entidade para designar tanto a pessoa física, quanto a jurídica acumuladora de documentos (produzidos e/ou recebidos). Entender o modo como as entidades se estruturam e como executam suas funções e atividades é compreender como a informação é acumulada. O registro documental é resultado de um ato específico desenvolvido e, na maioria dos casos, cotidianamente repetido. A gênese documental se dá quando a entidade tem algo a cumprir, a provar, a determinar.

Os documentos, à medida que vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. O significado dos mesmos necessita desta relação. Eles estão unidos por um elo que é criado no momento em que são acumulados, o qual é determinado pela razão de sua produção e o qual é necessário à sua própria existência e à sua capacidade de cumprir seu objetivo. Os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais. Nesta perspectiva, a Arquivística define como seu objeto a informação, libertando-se da relação positivista com o documento-suporte. O conteúdo se sobrepõe ao formato físico.

Após o registro das informações em suportes (papel, mídia magnética, microfilme, películas fotográficas, películas cinematográficas etc.) é necessário mantê-las pelos valores administrativos, técnicos, legais, fiscais, probatórios, culturais e históricos que possam conter.

Esta caracterização e identificação da origem das informações arquivísticas tem como objetivo definir em que se fundamenta a classificação. Na perspectiva da Arquivística integrada, esta operação não é independente ou autônoma. Ela se coloca no bojo de um processo de organização técnico-científica dos arquivos, onde se inclui o gerenciamento dos prazos de guarda, das correspondências, dos formulários, das listagens, dos informativos, dos processos e, também, dos equipamentos e materiais de reprografia, de armazenamento e de acondicionamento.

Há uma variedade de métodos e critérios com que são classificados os documentos. Estes, são, em sua maioria, construções empíricas. Baseiam-se em elementos, tais como:

a data; os caracteres externos (espécie documental); o produtor; a origem geográfica; o tema (assunto). A classificação por assuntos predominou até o início do século XIX, quando formulou-se na França um dos princípios fundamentais da Arquivística: o respeito aos fundos.

A classificação de documentos arquivísticos deverá ser resultado de uma pesquisa onde se possa obter dados sobre a estrutura, funções e atividades desenvolvidas pela entidade e das tipologias documentais existentes. A partir destes dados é possível elaborar uma proposta preliminar de classificação. O resultado pode ser um plano de classificação (arquivo corrente), um plano de destinação (massa documental acumulada) ou um quadro de arranjo (arquivo permanente) com uma estrutura que vá do geral para o particular, com conjuntos de informações (séries, subséries, maços e peças) ordenados logicamente e com

títulos mnemônicos, isto é, que representem o conteúdo do conjunto.

Adotando este método é possível manter o elo que une os documentos e resgatar a ação e o ato que os geraram. A classificação, como está sendo proposta pela Arquivística integrada, quando concebida na origem, isto é, no momento em que as informações estão sendo acumuladas, garantiria não só o respeito à proveniência, mas, inclusive, a adoção posterior da ordem original.

A elaboração de instrumentos intelectuais que possam ser apreendidos, entendidos e utilizados é uma das principais tarefas do arquivista.

A Questão do Uso da Reprografia nos Arquivos

Marcio de Assumpção Pereira da Silva

A partir da década de 60, com a chegada do microfilme ao Brasil, começa o questionamento a respeito de utilização de documentos microreproduzidos, a partir de um documento original. Inicialmente, foi grande o interesse das instituições diante da possibilidade de armazenamento de grandes quantidades de documentos em espaços reduzidos. Com o interesse dos fabricantes em vender seus equipamentos de microfilmagem e o desconhecimento por parte dos pseudo-gestores de documentos, começa a crescer o número de organismos, implementando sistemas de microfilmagem no país. Como uma "novidade" no mercado, a "moda" do microfilme desponta como sendo sinônimo de modernidade. Quem adotasse sistemas de microfilmagem estaria sintonizado com o que de mais moderno existia no mundo, fazendo transparecer uma imagem altamente positiva em relação às outras instituições e/ou concorrentes (no caso de instituições privadas).

O grande problema do armazenamento de grandes quantidades de informação parecia estar então solucionado. E realmente estava, pois a solução da microfilmagem respondia, e ainda responde, aos objetivos de redução do espaço físico destinado ao armazenamento de documentos. O grande problema (e isto não se aplica somente ao passado) continua sendo a recuperação das informações contidas nesses documentos. Como essas grandes massas documentais não receberam e não recebem o tratamento arquivístico adequado antes da microfilmagem, a grande diferença fica residindo apenas na questão do suporte da informação: a informação fica agora perdida no suporte película (microfilme), enquanto que anteriormente elas ficavam perdidas no suporte papel. Isto, no caso da reprografia com o fim de substituição, causa enorme prejuízo, pois, com a eliminação dos originais torna

impossível que seja retomado o tratamento arquivístico. Após microfilmados, os documentos não apresentam mais a possibilidade de reordenamento e este é imprescindível para que possamos fazer um trabalho arquivístico que torne possível a visualização e a reconstituição da história da instituição.

Várias, se não todas, foram as experiências ocorridas que deixaram o trabalho arquivístico de lado. Muito dinheiro foi gasto inutilmente, e, vale ressaltar: dinheiro público, literalmente jogado fora.

A grande questão para nós arquivistas, hoje e sempre, quando intenciona-se implementar sistemas reprográficos, é e deverá sempre ser, a questão do tratamento arquivístico criterioso da documentação a ser microfilmada. Muitas vezes, é bom ressaltar, um trabalho sério de avaliação documental pode facilmente eliminar a possibilidade da reprografia, posto que o descarte de documentos inúteis possibilita uma redução significativa na massa documental a ser preservada. Não nos esqueçamos de que em países do primeiro mundo, o percentual de descarte de documentos é de 60%, podendo chegar a mais de 90%. Isso implica uma redução fantástica do volume de documentos a serem preservados, fazendo com que a possibilidade da reprografia seja praticamente descartada e mantida apenas em casos indispensáveis, como a reprografia de segurança, aplicada apenas a documentos vitais e, em alguns casos, à documentação permanente.

Recentemente, uma nova possibilidade de reprografia aparece com o desenvolvimento das tecnologias informáticas: a digitalização de documentos. Este recurso possibilitou que as grandes massas de documentos fossem transferidas, via scanner, para suportes magnéticos e, mais recentemente, para suportes óticos de informação. Essa nova possibilidade vem seduzindo e

incentivando instituições a passarem a armazenar documentos em outros tipos de suporte em espaços ainda mais reduzidos do que o microfilme possibilitou. Resolveu-se mais uma vez e, com mais eficiência, o problema da redução do espaço ocupado pelos documentos. Mas, voltemos à nossa velha questão arquivística crucial: estão recebendo esses documentos o tratamento arquivístico necessário? As iniciativas de digitalização de documentos ainda são poucas, mas não seria agora a hora de nós, arquivistas, trabalharmos no sentido de impedir que os absurdos propiciados pela indústria do microfilme se repitam na questão da digitalização de documentos? A resposta óbvia é: sim! Cabe a nós, alertarmos os responsáveis pelas iniciativas de digitalização de documentos (e microfilmagem também, pois o microfilme não morreu e não morrerá tão cedo) que o tratamento técnico-científico dispensado pela arquivística aos documentos é imprescindível. Não queremos que ocorra a mesma troca de suporte para documentos perdidos como ocorreu com o microfilme. No caso da digitalização de documentos, sem o prévio tratamento arquivístico, o "caos" documental estaria agora instaurado dentro dos mais modernos padrões informáticos, provocando tremenda inveja aos mais incautos responsáveis por grandes acervos documentais. Imaginem um diálogo entre estas pessoas: "o meu caos documental é mais moderno que o seu, pois meus documentos estão digitalizados. Você ainda está na pré-história do caos documental, pois ainda está usando microfilme!!!" Se nós, profissionais de arquivo, não interviermos neste processo, correremos o risco de nos depararmos com situações como esta. E isto não queremos. O que devemos procurar é a racionalidade no armazenamento da informação e, para isso, devemos ter muito claro determinadas posturas. Primeiro: organização da documentação. Segundo: avaliação dos documentos. Terceiro: descarte criterioso baseado na avaliação. A partir deste ponto, se realmente necessário, se realmente a massa documental a ser retida for de um tamanho impossível de

manter-se em suporte papel, passaremos a aventar a possibilidade da reprografia, e então fazer uma análise de custo-benefício para a adoção de um sistema de microfilmagem ou de digitalização de documentos.

Pode parecer que estamos pregando a não adoção de tecnologias reprográficas, mas isto não é verdadeiro. O que efetivamente defendemos é a adoção de critérios arquivísticos para o tratamento dos documentos e, muitas vezes, as tecnologias reprográficas não são recomendadas.

Como exemplo positivo da aplicação das técnicas reprográficas, citamos a experiência atual que vem sendo desenvolvida pelo Archivo General de Indias, em Sevilha, Espanha. A digitalização de manuscritos que está sendo executada neste arquivo é feita baseada em critérios bastante sólidos. Somente 10% dos documentos foram escolhidos para a digitalização. Esta porcentagem atende a 40% da demanda de pesquisa. Para se ter uma idéia, os 10% escolhidos irão ocupar 3.000 discos óticos. Infelizmente, ainda não estão desenvolvendo um modo de intercâmbio dessas informações, o que se pretende fazer é editar um CD-ROM com o intuito de demonstração. Vemos claramente neste projeto a preocupação em assegurar a permanência dos documentos e facultar a consulta aos pesquisadores, mantendo-se os originais longe do acesso direto e garantindo um maior prazo de vida para os manuscritos.

Iniciativas como esta é que devemos considerar, quando pretendermos planejar serviços reprográficos. Se formos nos basear nas experiências brasileiras, certamente correremos o risco de cair na mesma armadilha que vêm caindo as atuais e passadas iniciativas nesse sentido. Necessário é ter sempre em mente as questões de organização, avaliação e descarte, pois somente no final desses processos é que poderemos saber qual será exatamente a quantidade de documentos a serem copiados, evitando assim o desperdício de recursos financeiros tão escassos e preciosos nestes tempos de verbas curtas.

Universidade de Brasília

Faculdade de Estudos Sociais Aplicados

Departamento de Ciência da Informação e Documentação - CID

Curso de Arquivologia

Campus Universitário - Asa Norte

Caixa Postal 04561

Cep 70919-970

Brasília - Distrito Federal

Telefones: (061)3482840/3482842/3482422

Fac-símile: (061)2738454

UMA ARQUIVÍSTICA PARA O SÉCULO XXI DEVE CONSIDERAR MUITOS DOS ASPECTOS DAS MUDANÇAS QUE ESTÃO OCORRENDO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

O arquivista frente à história.

Rosane Montiel

O conhecimento histórico constitui-se em uma das bases sobre a qual se ergue a teoria e a prática da arquivística. Este trabalho propõe-se a discutir alguns aspectos elementares do conhecimento histórico, voltados para a atividade arquivística, sobretudo no que tange ao respeito do princípio de proveniência ou princípio de respeito ao fundo de arquivo. Conhecimento este que deve permitir ao arquivista a compreensão da noção de tempo histórico e habilitá-lo a discernir as estruturas, conjunturas e fatos históricos.

O princípio de respeito ao fundo significa uma das conquistas mais sólidas da teoria arquivística. Ele representa a unidade base sobre a qual se funda toda a atividade neste domínio. Enunciado em 1841 pelo historiador francês Natalis de Wailly, o conceito de fundo arquivístico pressupõe que todo documento deve ser deixado ou recolocado, quando for o caso, no fundo arquivístico do qual provém e, neste fundo, em seu lugar de origem (COUTURE, C. ROSSEAU, J.Y., 1982).

A integridade do fundo resulta na garantia do duplo valor dos documentos, o valor das várias informações que ele contém e o valor de prova dos acontecimentos e atividades realizados pela pessoa física ou jurídica que os gerou. O fundo de arquivo se define portanto como "o conjunto de documentos de toda natureza que todo corpo administrativo, toda pessoa física ou jurídica reuniu automática e organicamente em função de suas atividades" (BELLOTTO, H., 1992).

A definição do princípio de proveniência, segundo o qual cada documento deve ser colocado no fundo arquivístico do qual provém e, neste, em seu lugar de origem, aponta uma dupla realidade consecutiva. Schellenberg fala do princípio de proveniência e do princípio do respeito da ordem original, enquanto Michel Duchein faz referência ao respeito externo e ao respeito interno do fundo arquivístico. Qualquer que seja a terminologia empregada, é possível estabelecer uma distinção entre um primeiro grau de proveniência, que permite diferenciar uma entidade de suas semelhantes e um segundo grau, que define que todos os documentos que compõem um fundo, possuem um lugar determinado, que deve ser respeitado ou restituído, caso a ordem original inexista ou tenha sido modificada (COUTURE, C. e ROSSEAU, J.Y., 1982).

Os pressupostos acima enunciados adquirem forma na realização da classificação do fundo. A classificação representa, portanto, a realização efetiva do princípio de proveniência em seus dois níveis. Assim, a atividade de classificar envolve um aspecto intelectual, a definição de um quadro de arranjo e, se necessário, do arranjo interno dos fundos; e a ação concreta de ordenar os documentos, segundo as classes estabelecidas e atribuir-lhes um sistema de notação.

Todos os princípios apresentados pressupõem que o

arquivista encontre o acervo em condições ideais, ou seja, dispondo de uma ordem estável e natural, atribuída aos documentos ao longo de sua fase corrente. Os documentos, quando adequadamente classificados e conservados durante o seu período ativo, resultam em condições favoráveis para o respeito natural ao princípio de proveniência, quando se tornam inativos.

Infelizmente, a realidade tem demonstrado, sobretudo no Brasil, a existência de grandes quantidades de massas documentais acumuladas sem nenhuma ordem coerente. Nesta perspectiva, o Cadastro Nacional de Arquivos, realizado pelo Arquivo Nacional, no período entre 1983 e 1988, diagnosticando os fundos externos, constatou a existência de, aproximadamente, 124.600 metros lineares de documentos localizados nos depósitos da administração pública federal direta e indireta, cuja a data limite mais antiga remonta o início do século XVII, sem dispor de tratamento técnico arquivístico de nenhuma espécie ou dispondo de recursos precários ou inadequados.

O quadro apresentado pelo "Cadastro Nacional de Arquivos" demonstra a notória discrepância entre os princípios arquivísticos universalmente reconhecidos e a realidade constatada pela pesquisa. Esta situação revela também necessidade de uma intervenção técnica e planejada que resulte na mudança da realidade observada.

Diante de tal quadro, cabe ao arquivista procurar dotar essa massa documental de uma ordem racional, de forma a permitir a utilização do acervo pelos pesquisadores e pela comunidade. Reestabelecer uma ordem coerente não é tarefa simples, exige do arquivista um conhecimento profundo, tanto no que diz respeito à teoria arquivística, quanto das características particulares da instituição produtora, suas funções, atividades, realizações, enfim, dos vários aspectos que tocam a sua história.

Aqui inicia a questão proposta por nós. Do ponto de vista lato senso, quais as especificidades do conhecimento histórico que o arquivista deve possuir para habilitá-lo a organizar e tornar inteligível as massas documentais disformemente acumuladas.

Todo conhecimento histórico resulta de diferentes apreensões da ação dos homens em sociedade ao longo do tempo. A temporalidade histórica é, portanto, o elemento que amalgama e dá forma há uma multiplicidade infinita de acontecimentos. Entretanto, os fatos históricos possuem uma duração variável, o nacionalismo moderno, por exemplo, é um fato longo em relação à guerra de 1914-1918, mas um fato curto em relação ao imperialismo europeu cuja história abrange perto de oito séculos.

O historiador Fernand Braudel conceituou a temporalidade histórica em três ordens de duração. Estas três ordens correspondem às estruturas ou longa duração,

às conjunturas ou média duração e ao tempo breve ou acontecimentos.

A longa duração corresponde às grandes estruturas que perpassam os processos históricos, ou seja, as permanências sociais, culturais e econômicas que resultam em demandas das sociedades, por exemplo o cristianismo ocidental ou a existência de instituições de ensino.

As conjunturas resultam da ocorrência temporal de fatores sociais que distinguem os tempos anteriores ou posteriores. Elas se apresentam como flutuações mais ou menos regulares no interior de uma estrutura. Por exemplo as modificações nas relações de ensino e das instituições de ensino.

O acontecimento ou fato breve relaciona-se ao momento preciso que um fato ou um processo vem à tona. Alguma ruptura circunscrita em um período determinado.

Estas três dimensões do tempo não são estanques, ao contrário, se entrecruzam dialeticamente. Definem-se mutuamente à medida que se constituem em suas particularidades ou em suas amplitudes.

Essas diversas dimensões do tempo histórico que correspondem, portanto, às necessidades do arquivista para discernir um acontecimento conjuntural de um estrutural, e identificar as várias modificações que pode sofrer uma instituição em função das especificidades de uma conjuntura, sem que se altere no entanto as demandas essenciais que resultaram na criação de tal instituição. Por exemplo, todas as instituições financeiras e de crédito que precederam o Banco Central do Brasil significaram diferentes formas de organização da necessidade de controle dos agentes econômicos pelo Estado, que sofreram reestruturações aos sabores das alterações conjunturais ou mesmo, em menor escala, das alterações factuais.

Projeto: “O profissional da informação e o mercado de trabalho no Distrito Federal” na visão dos bolsistas

Bolsistas de iniciação científica: Andréia de Castro Costa e Laila Monaiar

O projeto O profissional da informação e o mercado de trabalho no Distrito Federal é de autoria do professor Luis Carlos Lopes, do Departamento de Ciência da Informação e de Documentação da Universidade de Brasília. Trata-se de pesquisa apoiada pelo CNPq, contando com bolsas de pesquisa e iniciação científica e de auxílio financeiro destinado à compra de equipamentos.

Surgiu da necessidade de um acompanhamento sistemático dos problemas do mercado de trabalho na área da informação. Trata-se de pesquisa destinada a apontar problemas e sugerir soluções necessárias para o planejamento de ações sistemáticas no campo do ensino e da difusão das profissões ligadas à informação.

Este projeto está previsto para ser realizado no prazo máximo de 24 meses. O universo desta pesquisa a ser explorado abrange instituições de arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, centro de processamento de dados especiais, setores de O&M de instituições diversas e empresas de consultoria na área de informação.

A idéia é estabelecer um padrão de investigação que poderá ser estendido a outras unidades de nossa federação. Deseja-se desenvolver um sistema de controle permanente de evolução do problema, por meio da gestão informatizada de bases de dados.

As atividades previstas no projeto são de várias naturezas. Alguns são processados no interior das instalações físicas da Universidade, outras são desenvolvidas em ‘campo’.

A delimitação do universo da pesquisa foi estabelecida, a partir de dados levantados no IBGE, no Tribunal Superior Eleitoral, Codeplan e da bibliografia em

geral. Foram preparados formulários para coleta de dados quantitativos e qualitativos. A aplicação desses formulários está sendo feita in loco, de preferência com os responsáveis pela instituição. Ao término de cada visita, faz-se o registro em “diário de campo”, onde são narradas informações adicionais aos formulários, relevantes à pesquisa. Em junho, foi feita a tabulação dos dados coletados, e a avaliação dos resultados preliminares. Atualmente, as informações levantadas pelos formulários estão sendo transferidas para bases de dados do programa Microsis.

Está prevista no projeto a coleta de depoimentos, com técnicas de história oral, de profissionais da área, de reconhecida importância na gestão e na definição de métodos de trabalhos.

São realizadas reuniões periódicas da equipe executora com o coordenador da pesquisa. Nestes encontros é discutido e avaliado o andamento dos trabalhos e estabelecidas novas diretrizes.

Diferentes estudos têm sido feitos no Brasil e no exterior sobre o problema. A presença ou ausência de profissionais capazes de enfrentar o problema da explosão da informação, vivida desde o pós-guerra, vem sendo tema de muita discussão entre especialistas. Porém, a proposta inovadora deste projeto consiste em analisar o problema a partir da ótica do mercado de trabalho nesta área.

Participar de um projeto de pesquisa, sob a orientação de um professor pesquisador qualificado, tem sido uma experiência que muito tem contribuído para nossa formação acadêmica e profissional.

O estudo científico dos fenômenos nos permite entender o porquê da sua existência. Nossas conclusões ultrapassam as limitações do conhecimento vulgar e se

aproximam do real. A prática do trabalho científico tem contribuído de forma objetiva para a formação de um espírito crítico em cada uma de nós. Espírito este a ser cultivado e praticado de forma a se fundamentar. O bom senso, tomado

O curso de Arquivologia da Universidade de Brasília

O projeto do curso de Arquivologia começou a ser implantado no primeiro semestre de 1991, sob a coordenação da professora Heloísa Bellotto, contratada como professora visitante. Trata-se de um curso noturno, para atender a demanda de alunos-trabalhadores sérios de formação acadêmica.

Têm sido oferecidas 20 vagas por semestre letivo. A procura tem aumentado quantitativamente e qualitativamente. Atualmente, estão matriculados mais de 100 alunos. No primeiro semestre de 1995 teremos, aproximadamente, 130 alunos.

O projeto original do curso prevê a possibilidade de conclusão no prazo mínimo de três anos, com a obtenção de 162 créditos. Os alunos são, em cerca da metade dos casos, pessoas com mais de 24 anos de idade, maduros e responsáveis, que necessitam de soluções mais rápidas e eficazes para as suas vidas. Alguns, inclusive, já trabalham como profissionais de arquivo em instituições públicas. Outros, precisam da formação acadêmica para migrarem para esta área.

É possível o ingresso por vestibular, transferência de outro curso da UnB e para os portadores de diploma de curso superior. Nestes dois últimos casos, a aceitação está condicionada à existência de vagas, ao exame do currículo e do histórico escolar dos pretendentes.

A importância deste curso para o mercado de trabalho local e nacional é inquestionável. A demanda pode ser exemplificada no concurso feito pela Câmara Legislativa do DF. Havia quatro vagas para arquivistas de nível superior. Apenas, dois candidatos conseguiram aprovação e somente um assumiu o cargo. Muitos órgãos públicos não realizam concursos por saberem que não existem profissionais disponíveis.

Faltam professores e pesquisadores que se dediquem a este assunto. Existe um círculo vicioso onde, aparentemente, não há saída possível. Predomina, no país, a improvisação e as soluções à margem da técnica e do conhecimento científico específico. O último Congresso Internacional de Arquivos (Montreal - 1992) e o último nacional (Santa Maria - RS - 1992) deram grande importância ao impacto das novas tecnologia sobre a produção, à acumulação de informações nos arquivos contemporâneos e à necessidade de se ter profissionais capazes de intervir nesta área. Em ambos eventos enfatizou-se a necessidade internacional e nacional de se desenvolver cursos de graduação e de pós-graduação,

como consenso por todos, já não satisfaz tanto. A crítica surge como um modo de se analisar, questionar, submeter a exame, julgar a validade e fundamentar as soluções estabelecidas.

formando-se técnicos, professores e pesquisadores.

No Brasil, ainda não existe nenhum Mestrado ou Doutorado nesta área. Os três cursos de graduação - UFF/Uni-Rio/U. F. de Sta. Maria (RS) -, em funcionamento, enfrentam algumas dificuldades e não são suficientes para atender a demanda. Os de especialização, notadamente o mantido pela USP têm preenchido as lacunas e o tempo perdido. O nosso, o mais recente, de graduação, tem uma proposta avançada e sintonizada com as necessidades do mercado de trabalho. Já é conhecido internacionalmente e vários especialistas opinaram de modo positivo, ao examinarem a sua proposta.

No que diz respeito à formação dos profissionais de arquivologia, em nível de pós-graduação, convém lembrar que o curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação do CID já abriu suas portas aos arquivistas, contando atualmente com alguns dentre os seus alunos. Há o projeto de se criar uma área de concentração em Arquivística e, posteriormente, um mestrado específico. Com certeza, dentro de alguns anos os futuros mestres poderão vir a engrossar os quadros dos corpos docentes das escolas de Arquivologia no país.

Estamos na capital da República, paraíso de arquivos e de informações não-gerenciadas e não-geridas, de acordo com as modernas técnicas, à disposição dos profissionais deste final de século. Os prejuízos econômicos e sociais deste fato são incalculáveis. Somente em Brasília há um mercado potencial para mais de 500 profissionais de arquivo de nível superior. Todavia, dispomos de muito poucos. Está aberto o campo para empulhação e improvisação. Ironicamente, pode-se dizer que qualquer cidadão que conseguir dominar com proficiência as técnicas e o conhecimento arquivístico tem emprego garantido para o resto da vida. Ao contrário, de muitas outras carreiras hoje disputadas.

O bacharelado em Arquivologia, num total de 42 disciplinas, é composto por: 16 específicas de teoria e prática arquivísticas; dez comuns com a Biblioteconomia; seis com a Administração; quatro com a História; duas com o Direito; uma com a Estatística; uma com a Comunicação e de duas de Prática Desportiva. Algumas disciplinas seriam melhor ministradas se fossem mais direcionadas para o curso.